

## **PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ASSENTAMENTO CONTESTADO DA LAPA: A ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA A PARTIR DA PEDAGOGIA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA**

**Adriana Almeida Veiga<sup>1</sup>**

**Resumo:** O presente relato de experiência ocorreu durante o Trabalho de Campo da pesquisa de doutoramento em educação. O objetivo é demonstrar a prática pedagógica desenvolvida em território de Assentamento da Reforma Agrária, localizado no município da Lapa, estado do Paraná. O procedimento metodológico é de consulta a autores da área de educação e também de autores que participaram do processo de ocupação deste território e que escreve sobre este território que é referência na produção agroecológica de alimentos. A Escola do Campo Contestado foi observada mediante suas práticas pedagógicas desenvolvidas a partir da pedagogia desenvolvida pelos movimentos sociais do campo, protagonizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais do Campo, o MST.

**Palavras-chave:** Agroecologia. Educação. Prática Pedagógica. Território.

### **Introdução**

A prática pedagógica desenvolvida pelas educadoras do Ensino Fundamental I na Escola Municipal Contestado é o tema do presente estudo. Nesta perspectiva, ao desenvolver um trabalho de campo junto à técnica de coleta de dados, a observação participante enquanto abordagem metodológica, permite atrelar a teoria com a prática em campo e nas intervenções futuras em outras escolas.

Com objetivo geral de demonstrar a prática pedagógica na escola Contestado, tem como objetivos específicos: Analisar a contribuição da pedagogia do MST para a prática pedagógica na escola Contestado; Demonstrar a prática pedagógica e enumerá-las na escola Contestado.

Com características constituídas a partir do protagonismo da luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que lutam pelo direito a uma educação de qualidade no campo, este estudo junto a observação participante deu corpo a um escopo de experiências que podem

---

<sup>1</sup> Doutorando em Educação pela UFPR. Professora do município da Lapa, PR. E-mail: [adrianaalmeidaveiga@gmail.com](mailto:adrianaalmeidaveiga@gmail.com)



contribuir com os processos ensino aprendizagem em escolas do campo mesmo não estando em área de Reforma Agrária.

Excluída e deixada de lado por muito tempo, a escola rural e seus sujeitos foram considerados ‘atrasados’ em relação àqueles dos centros urbanos. Este fator, sentido e vivenciado pelo MST que em seus acampamentos enfrentavam inúmeras dificuldades para ofertar ensino escolar a seus sujeitos, deram margem a um processo de desenvolvimento de lutas e organização de encontros com apoio de universidades e coletivos de povos do campo a níveis estaduais e federais para reivindicar qualidade na educação das escolas rurais. Neste cenário, a partir da parceria com o MEC (abertura política a partir de 1998 com os Programas de governo Fernando Henrique Cardoso, governo Lula e governo Dilma) Movimentos Sociais e Universidades, políticas públicas foram sendo implementadas. Como exemplo, o PRONERA (Programa Nacional de Educadores da Reforma Agrária), PROCAMPO (Programa de Apoio a Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo), as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2002), as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo do Paraná (2006). Esses Programas e Documentos, viabilizaram políticas públicas educacionais e em certa medida, a superação de parte dos processos discriminatórios presentes no espaço rural dos municípios.

O Movimento da Educação do Campo constituída pela organização de movimentos sociais, ao interrogar o modelo de escola rural brasileira centrada na aprendizagem desvinculada do campo, ao mesmo tempo ‘mexe’ nas estruturas organizacionais da educação brasileira inaugurando um novo tempo de movimento organizado pela sociedade civil em prol de uma educação de qualidade também no campo. No processo de alfabetização, por exemplo, a criança que vive no campo e acompanha os processos cotidianos, necessita mais que metodologias que lhe assegurem a decodificação das palavras, o ato mecânico da leitura e da escrita. Essa criança requer de encaminhamentos que promovam seu desenvolvimento intelectual e a habilite a inserir-se e usufruir dos conhecimentos em prol de suas vivências. Portanto, a habilidade de ler o mundo extrapola a pedagogia desenvolvida e ofertada na escola. É preciso encaminhar o aluno para que problematize o ideário capitalista e não somente o reproduza. (SOUZA, 2019)

A partir da concepção política do movimento, tornou-se emergente uma pedagogia que tratasse o sujeito do campo mediante seus anseios, seus processos de luta, de vida, de trabalho, de modo de falar, de suas vivências, de sua cultura, etc. Diante do exposto, levantou-se o

seguinte questionamento: Qual a influência do MST na prática pedagógica da Escola Municipal Contestado?

Para viabilizar uma pedagogia própria do Movimento, o MST, nos acampamentos, ao desenvolver aulas para as crianças e também adultos que buscavam a alfabetização e os processos de ensino aprendizagem, percebiam que a escola rural estava desvinculada dos interesses desses povos. O desvinculo estava presente a partir da formação política, as lutas, os processos de resistência e de desenvolvimento humano e social. Para Arroyo; Caldart e Molina (2004), as políticas públicas para os povos do campo são fundamentais para sua permanência nesses territórios a partir de um projeto popular que garanta seu sustento e sua sobrevivência nesses espaços.

O território de Reforma Agrária que hoje se chama Assentamento Contestado, era uma fazenda pertencente ao Barão dos Campos Gerais que explorava mão de obra escrava. Mais tarde, pertenceu a empresa INCEPA que acumulou dívidas com o INSS perdendo-a para o órgão federal. Ao saber disso, o MST comunicou ao INCRA que passou a desenvolver os procedimentos para desapropriação. Ocupada em 7 de fevereiro de 1999 por 40 famílias, o Assentamento hoje tem cerca de 108 famílias que cultivam o solo e é referência no cultivo agroecológico. (VARGAS; SCHWENDLER, 2003, p. 48)

No Assentamento Contestado, o processo de implementação da escola enquanto instituição foi árduo e demorado. Enquanto a escola (estrutura) não era concreta, a educação se dava a partir do trabalho voluntário de acampados e posteriormente, assentados para que, pelo menos, as crianças tivessem acesso à educação. Nessa precariedade, porém sinônimo de resistência, o Assentamento conquistou a escola enquanto prédio em 2011. Segundo a professora assentada, em entrevista concedida a Drabach (2016, p. 64), o processo de implementação da escola se deu da seguinte forma:

A escola funcionava desde 1999, mas existia somente no papel. Ela funcionava como uma extensão de outra escola, de uma comunidade vizinha. As crianças se matriculavam lá e tinham aulas aqui. Essa situação só foi regularizada também no ano de 2011. O primeiro espaço que usamos para ministrarmos as aulas para as crianças foi um barracão. Naquele período, não existiam as paredes, eram apenas cobertura e piso. Os pais, percebendo o inverno rigoroso da Região Sul do nosso país, cercaram o barracão com bambus. (BAGNARA, 2016, p. 64).

Pode-se analisar que o processo de conquista pelo direito à educação formal se deu pela informalidade, pelo voluntariado, da luta organizada por escola. Apesar da resistência do



órgão municipal, ainda assim a escola e seus sujeitos permaneceram relutantes a seus objetivos que eram o do acesso à educação de qualidade, à formação de seus sujeitos, à efetivação da Constituição Brasileira em seu artigo 205 onde consta que “a educação, direito de todos e dever do Estado” (BRASIL, 1988).

## **Relato da Experiência**

Ao longo de 4 meses de observações, engendraram-se experiências que podem se estender em práticas significativas à docência e, conseqüentemente, a ênfase nos estudos sobre a Educação do Campo e sua pedagogia.

A experiência consistiu na observação participante na escola municipal Contestado, no Ensino Fundamental I, no período de agosto a dezembro de 2019. Além disso, a inserção se deu a partir da transferência da pesquisadora para a escola que assumiu as turmas de primeiro e pré-escolar para suprir a vaga de uma professora que saiu em licença maternidade.

Os primeiros dias em campo foram de adaptação e reconhecimento, pois o Assentamento é área de Reforma Agrária e os alunos são todos deste território. Há o transporte escolar que percorre todo o território da fazenda que possui área de 3100 hectares com 108 famílias assentadas. (SANTOS, 2015, p. 88)

A percepção da pesquisadora que ficou no alojamento da Escola Latino Americana de Agroecologia, foi de contemplação da natureza, da mística que envolve o local (onde era no tempo colonial o curral, a Casa Grande, o tronco...) e de muitas descobertas. Ao amanhecer, o ronco dos bugios que de galho em galho, encantam e assustam ao mesmo tempo por seu barulho e quantidade. Isto se deve a um processo de preservação de áreas que se estivessem fora do Assentamento, certamente teriam sido devastadas para o plantio de monocultura.

Outro referencial que não passa despercebido é a presença de visitantes, pesquisadores, estudantes e trabalhadores que visitam o Assentamento para conhecer o trabalho desenvolvido tanto na ELAA quanto das propriedades com a produção de alimentos agroecológicos.

No espaço comum, nome dado ao local onde se concentram a Cooperativa Terra Livre, a ELAA, o Centro Cultural Casarão, a Unidade Básica de Saúde, a escola estadual e municipal e o armazém, é que ocorrem os principais eventos da comunidade como festas, atos, eventos e a educação institucional.

As práticas pedagógicas cotidianas referem-se à Reforma Agrária, à formação social dos alunos e sua inserção nas políticas públicas trabalhadas nas aulas interdisciplinarmente. Isto quer dizer que os conteúdos são permeados de lutas do movimento em seu processo histórico, que se insere na escola no sentido de desenvolver nos alunos o senso crítico, a atuação perante os processos de resistência e existência que se formam na escola. A discussão acerca do uso de agrotóxico, por exemplo, é embate para formar sujeitos capazes de lutar pela produção agroecológica que, na visão de Maier é:

A discussão da Agroecologia na escola não é simplesmente para que os educandos conheçam outro modo de produzir. Mas uma contraposição ao sistema de monocultivo, exploração exacerbada dos recursos naturais e das pessoas, e ainda a imposição da transgenia e do abusivo uso de agrotóxicos que vem desenvolvendo sérios riscos a saúde da população. (MAIER, 2016, p. 11)

A produção agroecológica é marca do Assentamento Contestado da Lapa. Presente na escola, está diretamente ligada às vivências da comunidade e dos processos de trabalho. Desde o início desse Assentamento, o coletivo definiu a produção a partir da Agroecologia. Para Maier (2016, p. 11),

A discussão da Agroecologia na escola não é simplesmente para que os educandos conheçam outro modo de produzir. Mas uma contraposição ao sistema de monocultivo, exploração exacerbada dos recursos naturais e das pessoas, e ainda a imposição da transgenia e do abusivo uso de agrotóxicos que vem desenvolvendo sérios riscos a saúde da população.

Portanto, a partir da Agroecologia, a prática pedagógica é desenvolvida e os conteúdos referentes a ela trabalhados no sentido de vigorar na prática os encaminhamentos desenvolvidos na escola. De acordo com o projeto que a Secretaria de Educação do município propõe à escola, o coletivo não aceita. O Projeto Agrinho, por exemplo, é debatido em seus aspectos estruturais e hegemônicos sendo refutado em toda as suas edições.

Junto à organização da escola, os Tempos Educativos provenientes da organização do MST como: Tempo Formatura (reunião no saguão da escola com apresentações, músicas, hinos oficiais e do Movimento, recados e informes), Tempo Leitura (na sala de aula, as educadores disponibilizam diversos gêneros textuais para leitura e também contação de histórias), Tempo Núcleos Setoriais (organizado em grupos e feito semanalmente, configuram-se em atividades práticas com 'Registro e Memória; jardinagem; embelezamento; horta; comunicação e cultura; artes; infraestrutura, finanças; saúde e bem estar, alimentação saudável e outros, dependendo o



período atual e a demanda” (EMCC, 2016, p. 9), Tempo Aula (trabalho com os conteúdos curriculares que podem estar atrelados à vida em comunidade e aos processos de trabalho), Tempo Cultura (tema extraído do conteúdo e apresentado em forma de dança, teatro, música e pintura). Além desses Tempos,

Espaços Educativos: Além do espaço físico das salas de aula, refeitório e outros espaços no prédio escolar, compreendemos como ambientes educativos, horta, horto medicinal, agrofloresta, jardinagem, campo e parquinho. Ampliando, temos o espaço do Casarão Cultural, a Unidade Básica de Saúde e horta medicinal, a Agroindústria da cooperativa e as próprias unidades de produção do Assentamento Contestado. (EMCC, 2019, p. 10)

A escola, portanto, desenvolve suas práticas diretamente veiculadas à realidade, às demandas que surgem e que permeiam de intervenções no intuito da formação integral de seus sujeitos.

Imagem 1: Centro Cultural Casarão



Fonte: A autora (2020).

Conquistada pela comunidade, antiga residência do Barão dos Campos Gerais que estava degradada pelo tempo, foi reformada e ali são realizadas oficinas, cursos, apresentações e é também um espaço onde o coletivo se encontra em formaturas e eventos, em geral.

Imagem 2: Tempo formatura



**Fonte:** A autora (2020).

Na imagem, o Tempo Formatura que ocorre todos os dias no início das atividades. Gritos de Ordem como: “Educação do Campo, direito nosso, dever do Estado, compromisso da comunidade” são afirmados constantemente, entre outras frases próprias do MST.

## **Conclusão**

Os povos do campo que lutam por sua sobrevivência, principalmente os que se organizam para produzir sem o uso de agrotóxicos, enfrentam cotidianamente os anseios do modo de produção capitalista que visa o lucro. Dessa forma, ao conhecer uma realidade onde seus sujeitos desenvolvem na escola a formação de gerações que lutarão contra a hegemonia do sistema, é vislumbrar um futuro promissor onde a vida e a natureza são preservadas e colocadas acima do lucro, da destruição da natureza e do avanço do agronegócio que escraviza e que provoca a morte.

## **Referências bibliográficas**

ARROYO, Miguel Gonzalez. CALDART, Roseli Salete. MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). *Por uma educação do campo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BAGNARA, Tânia Marcia. Mapeando uma realidade em que o livro didático é usado: o que dizem as professoras? Entrevista concedida a André Luiz Bognol Drabach. Livro didático de matemática: um caminho trilhado desde sua concepção ao uso na escola Municipal do Campo Contestado. *Dissertação de Mestrado*, Universidade Federal do Paraná, 2016.

EMCC. Escola Municipal do Campo Contestado. *Projeto Pedagógico-Curricular*. Assentamento Contestado, 2019. 677 fls.

MAIER, Sandra Mara. *O papel da escola na construção da agroecologia no Assentamento Contestado*. Monografia de Especialização. Curitiba, UFPR, 2016. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/53741>. Acesso em: 14 jan. 2019.

SCHWENDLER, Sônia F; VARGAS, Maria Cristina (orgs.). *Escrevendo nossa luta, nossa história*. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2003. 124 p.

SOUZA, Maria Antônia de. 20 anos de Educação do Campo no Brasil: e a escola pública? In.: GARCIA, Fátima Moraes; FALEIRO, Arlete Ramos dos Santos Wender; COSTA, Sidney Alves da (orgs.). *Educação do Campo e projeto histórico: conhecimento, prática e intervenção social*. Goiânia: Kelps 2019. p. 43-67.